

**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**  
**CAPA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**  
**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Porto Alegre.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de *links* individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender às necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado.

DESTINAÇÃO: Preferencial para MÊS e EPPs.

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 09 horas do dia 21-05-2026.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 08 horas e 59 minutos do dia 05-06-2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09 horas do dia 05-06-2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 10 horas do dia 05-06-2026.

INTERVALO ENTRE LANCES QUAISQUER: 3 segundos.

INTERVALO ENTRE LANCES DA MESMA EMPRESA: 10 segundos.

DECRÉSCIMO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 38,30 (trinta e oito reais e trinta centavos).

LOCAL: Endereço eletrônico [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br)

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: No mínimo, 60 (sessenta) dias.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Item 7 deste edital.

Município de Porto Alegre.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**  
**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, por intermédio da CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (CMPA), torna pública a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO, destinada à **contratação de empresa especializada para o fornecimento de links individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender às necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado**, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei Federal nº 1087191/2003.

14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e alterações posteriores, adotados pela Resolução de Mesa nº 503, de 8 de dezembro de 2015, desta CMPA, e conforme a Resolução de Mesa nº 625/24, tendo em vista o que consta do **Proc. SEI nº 002.00008/2023-79** e observando o que segue:

## CAPÍTULO 1

### DO OBJETO

**1.1** O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de links individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender às necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado**, de acordo com os termos e as especificações deste Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos.

## CAPÍTULO 2

### DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

**2.1** Esta licitação é de participação **preferencial** de MICROEMPRESAS (MEs) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPs), aplicando-se a esta licitação e, quando houver, ao contrato dessa decorrente, as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações posteriores, observando-se o que segue:

**2.1.1** as licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), devidamente comprovado conforme estabelece este instrumento, terão tratamento diferenciado e favorecido, nos termos da Lei.

**2.1.2** a ausência da declaração referida no item 2.1.1 deste Edital de Pregão Eletrônico, neste momento, significará a desistência de a ME ou EPP de utilizar as prerrogativas que lhes são concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e alterações posteriores.

**2.1.3** Para usufruir do benefício da preferência, as empresas deverão declarar, conforme item II do Anexo 2 deste Edital de Pregão Eletrônico, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins desse enquadramento.

**2.1.4** consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja ME ou EPP.

**2.1.5** ocorrendo o empate, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preços inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**2.1.6** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no item 2.1.4 deste Edital de Pregão Eletrônico, o Sistema eletronicamente realizará sorteio, identificando aquela que primeiro poderá apresentar melhor lance.

**2.1.7** no caso de não adjudicação ou de não contratação de ME ou EPP, serão convocadas as empresas remanescentes de mesmo enquadramento social que se encontrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito.

**2.1.7.1** na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social ou, em havendo, não apresente a ME ou EPP proposta inferior à proposta de menor preço apurado no certame, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora do certame.

**2.2** Somente poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas que pertençam ao ramo de atividade do objeto licitado, que estejam credenciadas junto à Subsecretaria da Administração Central de Licitações – Celic –, e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital de Pregão Eletrônico.

**2.3** A pessoa jurídica poderá participar deste certame em consórcio, observado o que segue:

**2.3.1** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**2.3.2** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

**2.3.3** admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**2.3.4** impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**2.3.5** responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

**2.3.6** em caso de licitante vencedora, promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 2.3.1 deste item; e

**2.3.7** na eventualidade de substituição de consorciado, essa deverá ser expressamente autorizada pela CMPA e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para

efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**2.4** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar deste certame, se:

**2.4.1** a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

**2.4.2** a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

**2.4.3** qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

**2.4.4** o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**2.5** Estarão impedidas de participar da presente licitação, bem como de participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas:

**2.5.1** autoras do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.1.1** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.5.2** isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.3** que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.3.1** O impedimento de que trata o subitem 2.5.3 deste item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5.4** que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.5** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), e alterações posteriores, concorrendo entre si;

**2.5.6** que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.5.7** estrangeiras que não funcionem no País;

**2.5.7.1** Excetua-se à vedação referida no subitem 2.5.7 deste item as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira equivalentes ao indicado nos dispositivos do Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

**2.5.8** que tenham efetuado doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo há até 4 (quatro) anos, contados da data deste certame;

**2.5.8.1** O disposto no subitem 2.5.8 da parte normativa deste Edital de Pregão Eletrônico aplicar-se-á somente às pessoas jurídicas, com base na Lei Federal nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e alterações posteriores.

**2.6** Aplicam-se a esta licitação e, quando houver, ao contrato dessa decorrente as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações posteriores.

**2.6.1** Excetua-se ao disposto no item 2.6 deste capítulo os seguintes casos:

**2.6.1.1** licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**2.6.1.2** contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6.2** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no subitem 2.6.1 deste item.

**2.7** O disposto no item 2.5 deste capítulo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8** Não será admitida a subcontratação total ou parcial da execução do objeto deste Pregão Eletrônico sem a prévia e formal autorização da CMPA.

**2.8.1** Sem prejuízo do disposto no item 2.8 deste capítulo, será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.9** A fim de verificar as condições de participação previstas neste capítulo, o pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

**2.9.1** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**2.9.1.1** A consulta será realizada pelo CNPJ da pessoa jurídica e, cumulativamente, pelo CPF do(s) sócio(s) majoritário(s), consoante dispõe o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

**2.9.2** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço: <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

**2.9.3** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**2.10** Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico, a licitante deverá efetuar as seguintes declarações, constantes do Anexo 2 deste Edital:

**2.10.1** pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências de habilitação e de especificações técnicas previstas no Edital de Pregão Eletrônico, inclusive Anexos;

**2.10.2** no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME ou EPP;

**2.10.3** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**2.10.4** não foi declarada inidônea ou impedida de licitar e contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;

**2.10.5** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, bem como comunicará à Câmara Municipal de Porto Alegre qualquer fato ou evento superveniente que altere a atual situação, ressalvado o menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, se for o caso; e

**2.10.6** nos últimos 4 (quatro) anos, não efetuou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, estando ciente de que, após a assinatura deste documento e durante a vigência do contrato, não poderá, igualmente, fazê-lo; e

**2.10.7** cumpre as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

### CAPÍTULO 3 DO CADASTRAMENTO

**3.1** O cadastramento das licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, obtidos junto à Celic.

**3.2** O cadastramento junto ao Portal de Compras Eletrônicas implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.3** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CMPA, à Celic, à Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) ou ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.4** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Procergs para imediato bloqueio de acesso.

**3.5** No caso de perda da senha, poderá ser solicitada nova senha na Celic, até as 17 (dezesete) horas do último dia útil anterior à data de abertura da sessão do Pregão Eletrônico.

### CAPÍTULO 4 DA HABILITAÇÃO

**4.1** São documentos necessários à **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista** para participação neste Pregão Eletrônico:

**4.1.1** CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) emitido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, dentro do seu prazo de validade, com classificação pertinente ao objeto desta licitação, no qual conste a validade dos documentos apresentados para sua emissão;

**4.1.1.1** Caso algum dos documentos elencados no corpo do CRC esteja com prazo de validade expirado, a licitante deverá apresentar documento válido juntamente com o CRC, sendo que aqueles nos quais o prazo de validade não esteja mencionado serão considerados válidos por 30 (trinta) dias, contados da data da emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.

**4.1.1.2** O CRC que não apresentar registro das Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal, da Dívida Ativa da União e de Débitos Trabalhistas (CNDT) deverá ser acompanhado das respectivas Certidões, comprovando a regularidade fiscal.

**4.1.1.3** O Certificado que não apresentar prova de regularidade junto ao FGTS deverá ser acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade do FGTS.

**4.1.2** DECLARAÇÕES GERAIS, conforme Anexo 2 deste Edital de Pregão Eletrônico; e

**4.1.3** CERTIDÃO (específica, de inteiro teor ou simplificada) de enquadramento como ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, caso a licitante se enquadre nessa condição.

**4.2** Na falta do CRC, além dos documentos previstos nos subitens 4.1.2 e 4.1.3 deste Edital de Pregão Eletrônico, deverão ser apresentados os documentos a seguir arrolados, todos dentro do seu prazo de validade, comprovando a regularidade fiscal e trabalhista:

**4.2.1** Prova de Regularidade junto ao FGTS;

**4.2.2** Certidão Negativa de Débitos Estadual ou Certidão Positiva de Débitos Estadual com Efeitos de Negativa;

**4.2.3** Certidão Negativa Municipal (tributos diversos) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**4.2.3.1** Somente será aceita Certidão Negativa referente exclusivamente ao ISSQN, caso a empresa licitante apresente declaração de que não possui imóvel em seu nome.

**4.2.4** Certidão Negativa de Débitos Unificada (INSS e Tributos Federais/DAU) ou Certidão Positiva de Débitos Unificada com Efeito de Negativa;

**4.2.5** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa.

**4.3** As MEs e as EPPs deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que esses apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de desclassificação.

**4.3.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, devendo comprovar a respectiva condição por meio do sistema eletrônico.

**4.3.2** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo da aplicação da multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**4.4** Para fins de habilitação, o autor da melhor proposta deverá enviar, via sistema eletrônico, a documentação de habilitação, conforme subitens 4.1, 4.5 e 4.13 deste Edital de Pregão Eletrônico, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, contadas do aceite do preço e da liberação para o envio dos documentos.

**4.4.1** Os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista da licitante devem estar vigentes no dia da abertura da sessão pública.

**4.5** São documentos necessários à **habilitação econômico-financeira** para participação neste Pregão Eletrônico:

**4.5.1** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; e

**4.5.2** Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**4.5.2.1** Os licitantes que utilizarem a Escrituração Contábil Digital (ECD), por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) deverão apresentar, para fins de habilitação:

**4.5.2.1.1** Recibo de entrega de livro digital;

**4.5.2.1.2** Balanço Patrimonial;

**4.5.2.1.3** Demonstração do Resultado do Exercício;

**4.5.2.2** Os documentos referidos no item 4.5.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**4.5.2.3** As empresas constituídas há menos de 1 (um) ano deverão apresentar o Balancete de Verificação referente aos últimos 2 (dois) meses anteriores à data da sessão pública de abertura das propostas.

**4.5.2.4** As empresas constituídas há menos de 2 (dois) meses deverão apresentar o Balanço de Abertura.

**4.5.2.5** Quando se tratar de sociedade anônima, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 da referida lei, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações.

**4.5.2.6** Para efeito de controle dos prazos e de validade da qualificação econômico-financeira, os Certificados de Registro Cadastral deverão apresentar a data de vencimento das referidas peças contábeis.

**4.5.2.7** Os documentos de habilitação econômico-financeira da licitante devem estar vigentes no dia da abertura da sessão pública.

**4.5.2.8** Nas compras para entrega imediata e, no caso de ME e EPP, também nas hipóteses de locação de materiais, as licitantes estão dispensadas da apresentação dos documentos referidos no item 4.5.2.

**4.5.2.8.1** Considera-se entrega imediata o fornecimento realizado pela contratada em 1 (uma) única parcela e efetuado imediatamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota de empenho ou da ordem de compra.

**4.6** Para as compras para entrega futura e contratações de obras e serviços de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a verificação da situação econômico-financeira da licitante será realizada mediante o exame dos documentos referidos no item 4.5.2, com base nos seguintes indicadores:

**4.6.1** Índice De Liquidez Corrente (LC);

**4.6.2** Índice De Liquidez Geral (LG);

**4.6.3** Solvência Geral (SG);

**4.7** No caso do item 4.6, serão consideradas habilitadas as licitantes que apresentarem indicadores iguais ou superiores a, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) estabelecidos no Anexo 3 deste Edital de Pregão Eletrônico.

**4.8** Para as compras para entrega futura e contratações de obras e serviços cujo valor estimado seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), assim como para as contratações cujo objeto seja prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, independentemente de seu valor, a verificação da situação econômico-financeira da licitante será realizada mediante o exame dos documentos referidos no item 4.5.2, sendo considerada habilitada aquelas que atenderem as seguintes condições:

**4.8.1** Indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos no Anexo 3 deste Edital de Pregão Eletrônico, sendo:

**4.8.1.1** Índice de Liquidez Corrente (LC);

**4.8.1.2** Índice de Liquidez Geral (LG);

**4.8.1.3** Solvência Geral (SG).

**4.8.2** Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**4.9** Quando os índices constantes nos itens 4.6 e 4.8 não constarem nos documentos contábeis, deverá ser apresentada memória de cálculo acompanhada de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital.

**4.10** Nas contratações de serviços continuados comuns que não sejam de engenharia será também exigida a comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação.

**4.11** No caso de empresas participando em consórcio, não se admite a possibilidade de somatório de índices de qualificação econômico-financeira das empresas consorciadas, mas, sim, o somatório de valores dos documentos contábeis das consorciadas para fins de cálculo da qualificação econômico-financeira do consórcio.

**4.12** Para fins de apuração do valor estimado da licitação e verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes, considerar-se-á:

**4.12.1** o valor total estimado do item ou do lote arrematado pela empresa, quando a licitação tiver mais de um item ou lote de itens em disputa;

**4.12.2** o valor total estimado, no caso de contratações por prazo determinado;

**4.12.3** o valor anual estimado, no caso de contratações para a prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

**4.13** São documentos necessários à habilitação **técnico-operacional** para participação neste Pregão Eletrônico:

**4.13.1** **certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica**, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s), de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão da licitante para desempenho de serviços pertinentes e compatíveis em natureza e quantidades com a prestação de serviços objeto da licitação;

**4.13.1.1** Para os fins do disposto no item 4.13.1 deste Edital de Pregão Eletrônico, consideram-se pertinentes e compatíveis em natureza e quantidades com a prestação de serviços objeto desta licitação a prestação satisfatória de serviços similares ao objeto deste Pregão, com, pelo menos, 1 (um) projeto executado de, no mínimo, 30 *links*, devidamente assinado pelo representante legal em que foi instalado e executado o serviço.

**4.13.1.2** A(s) certidão(ões) ou o(s) atestado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, havendo a possibilidade de solicitação do(s) respectivo(s) contrato(s) que lhe(s) dera(m) origem, bem como de visita ao(s) referido(s) local(is).

**4.13.2** **registro ou inscrição na Anatel como prestadora de serviços de telecomunicações**; e

**4.13.3** **declaração de que possui infraestrutura adequada para a prestação dos serviços**.

**4.13.4** **Declaração de Visita Técnica**, se efetuada a visita técnica prévia, **ou Declaração de Pleno Conhecimento para Execução de Serviços**, se não efetuada a visita técnica prévia, conforme Anexos 5 e 6 deste Edital de Pregão Eletrônico.

## CAPÍTULO 5

### DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

**5.1** A licitante deverá cadastrar sua Proposta de Preços exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br), até a data-limite prevista no item LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS, da capa deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

- 5.1.1** Até a data-limite prevista no item LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS, da capa deste Edital, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 5.2** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros os seus lances e as suas propostas.
- 5.3** A apresentação da Proposta de Preços implicará a plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital de Pregão Eletrônico, inclusive em seus Anexos.
- 5.4** Apenas as licitantes que previamente manifestarem eletronicamente, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital de Pregão Eletrônico e que enviarem as Propostas de Preços poderão participar das fases subseqüentes deste certame.
- 5.5** O não atendimento do item 5.4 deste Edital de Pregão Eletrônico ensejará a desclassificação da Proposta de Preços no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.
- 5.6** A Proposta de Preços deverá consignar, expressamente, os preços unitário máximo aceito pela CMPA para o item (pré-preenchido pela CMPA), unitário e total do item e total do lote, em moeda nacional (R\$).
- 5.6.1** Nos preços, deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço proposto.
- 5.6.2** O PREÇO TOTAL DO LOTE será considerado para a fase de lances.
- 5.6.3** A validade da Proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública do Pregão Eletrônico.
- 5.6.3.1** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 5.6.4** As propostas deverão atender, integralmente, ao Termo de Referência, Anexo 1 deste Edital de Pregão Eletrônico.
- 5.6.5** O Prazo para execução do objeto será o especificado no Termo de Referência, Anexo 1 deste Edital de Pregão Eletrônico.
- 5.6.6** Não serão aceitos preços com mais de **2 (dois) dígitos** após a vírgula, sendo a proposta desclassificada quanto ao respectivo lote.

## CAPÍTULO 6

### DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- 6.1** No dia 05-06-2026, às 9h00min – horário de Brasília –, o pregoeiro abrirá a sessão pública do Pregão Eletrônico, por meio do endereço eletrônico [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br), com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, as quais deverão estar em perfeita consonância com seus respectivos Termos de Referências – Anexo 1 deste Edital.
- 6.2** Incumbirão às licitantes o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico e a responsabilidade pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.
- 6.3** As licitantes deverão manter a impessoalidade durante a disputa, não se identificando, sob pena de serem excluídas do certame pelo pregoeiro.
- 6.4** Será considerada aceitável a proposta que atenda a todos os termos deste Edital de Pregão Eletrônico e contenha preço compatível com os praticados no mercado.
- 6.5** Aberta a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar seus eventuais lances exclusivamente por meio do provedor eletrônico ([www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br)).
- 6.6** A licitante poderá, durante o horário fixado para recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por ela ofertado e registrado no sistema, permitindo classificar-se em posições intermediárias para o lote em disputa.
- 6.7** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o lance recebido e registrado em primeiro lugar pelo provedor.
- 6.8** Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance, de acordo com o item 6.3 deste Edital de Pregão Eletrônico.
- 6.9** A etapa de lances da sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, havendo lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema por período de 2 (dois) minutos ou, do contrário, será encerrada automaticamente.
- 6.9.1** A prorrogação automática de que trata o item 6.9 deste capítulo ocorrerá sucessivamente, sempre que houver novo lance enviado no período de prorrogação em curso, inclusive quando se tratar de lance intermediário, e, não havendo novo lance no período de prorrogação em curso, encerrar-se-á automaticamente.
- 6.9.2** Encerrada a etapa de lances da sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.10** A sessão pública do Pregão Eletrônico só estará concluída após declarada(s) a(s) melhor(es) classificada(s) no(s)

lote(s) do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo às licitantes manter-se conectadas ao sistema até o final dessa etapa.

**6.11** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor e, assim, decida sobre sua aceitação.

**6.12** Em havendo desconexão entre o pregoeiro e as demais licitantes por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes.

**6.13** Caso haja desconexão do sistema para o pregoeiro na etapa de lances e o sistema permaneça acessível às licitantes para recepção dos lances, os atos até então praticados serão considerados válidos quando possível a retomada do certame pelo pregoeiro.

**6.14** O pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

**6.15** Após o encerramento da disputa e o aceite do lance vencedor, a licitante deverá enviar, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, via sistema eletrônico, a Proposta Final, acompanhada da subtabela preenchida, conforme Anexo 1 deste Edital de Pregão Eletrônico.

**6.16** Será desclassificada a proposta que:

**6.16.1** contiver vícios insanáveis;

**6.16.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.16.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.16.4** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.16.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.17** Em contratação envolvendo objeto de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.17.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.17.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**6.17.3** Caso, nas hipóteses previstas no subitem 6.17.1, uma parte do objeto esteja sujeita ao regime de empreitada por preço unitário, aplicar-se-á o disposto no subitem 6.17.2 em relação a essa parcela.

**6.17.4** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

**6.17.5** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

**6.18** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.18.1** Em se tratando de objeto de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.19** Em caso de exigência de amostras ou catálogo, o prazo de entrega e demais orientações seguem conforme o especificado no Termo de Referência – Anexo 1 deste Edital de Pregão Eletrônico.

**6.20** Havendo dúvida sobre a veracidade de documentação de habilitação ou originais da proposta, e não estando esses assinados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar à licitante sua entrega em meio físico, à Seção de Instrumentalização e Pesquisa (SIPE), sala 131 da CMPA – sita na Avenida Loureiro da Silva, 255, Bairro Centro Histórico, Município de Porto Alegre, RS, CEP 90013-901 –, até 2 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo para envio da documentação de habilitação via Sistema Eletrônico – indicado no item 4.4 deste Edital de Pregão Eletrônico.

**6.20.1** A documentação entregue em meio físico deverá estar devidamente assinada pelo representante legal da licitante.

**6.21** O não atendimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nos subitens 6.15, 6.19 e 6.20 deste Edital de Pregão Eletrônico ou daqueles fixados diretamente pelo pregoeiro durante o certame implicará a desclassificação ou a inabilitação da licitante, conforme o caso.

**6.22** Em sendo habilitada, a licitante será considerada vencedora.

## DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**7.1** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após execução dos serviços ou entrega definitiva dos bens, conforme indicado no Termo de Referência - Anexo 1 deste Edital de Pregão Eletrônico, devidamente atestados pelo fiscal do contrato por parte da contratante, e o efetivo recebimento da nota fiscal ou fatura, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores.

**7.2** Para o caso de faturas incorretas, a CMPA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para devolução à licitante vencedora, passando a contar novo prazo de pagamento de 10 (dez) dias úteis, contados da entrega do novo documento de pagamento.

**7.3** Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da licitante vencedora que importem o prolongamento dos prazos previstos neste Edital de Pregão Eletrônico e oferecidos nas propostas.

**7.4** A CMPA procederá à retenção de tributos porventura incidentes sobre a prestação de serviços objeto da contratação (INSS, ISS, IRF etc.) nos termos da legislação em vigor, obrigando-se a licitante vencedora a discriminar, na nota fiscal ou fatura, o valor correspondente a tais tributos.

**7.5** A nota fiscal relativa ao objeto contratado deverá ser emitida por estabelecimento com mesmo CNPJ da empresa vencedora do certame.

**7.5.1** Em caso de a execução contratual não ocorrer por meio da empresa vencedora do certame, mas a essa pertencente, o pagamento será efetuado ao estabelecimento cujo CNPJ tenha executado o contrato ou determinada prestação continuada, desde que a regularidade fiscal desse possa ser igualmente certificada em tantas quantas forem suas etapas de execução.

## CAPÍTULO 8

### DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

**8.1** No caso de compras, obras e serviços em geral, os preços serão reajustados de ofício pela contratante após cada interregno de 1 (um) ano, tendo como data-base **01-04-2026** mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por outro indicador que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.2.** No caso de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, os preços estarão sujeitos à repactuação na forma estabelecida em contrato.

**8.3** No caso de contratos com vigência superior a 1 (um) ano ou que ultrapassem o exercício financeiro, considerando as alterações promovidas pela Reforma Tributária sobre o consumo, inclusive a eventual substituição, extinção ou redução de tributos incidentes sobre o objeto da contratação, aplicam-se as disposições a seguir, sem prejuízo das demais cláusulas estabelecidas no contrato.

**8.3.1** A Administração poderá, a qualquer tempo, promover a revisão dos preços contratados, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**8.3.2** Na hipótese de redução da carga tributária incidente sobre os custos da contratação, total ou parcialmente, a CONTRATADA deverá repassar integralmente à Administração os benefícios decorrentes dessa redução, mediante revisão dos preços contratados.

**8.3.3** Para fins do disposto no subitem anterior, a CONTRATADA deverá demonstrar, sempre que solicitado, a composição atualizada de seus custos, com a indicação dos impactos decorrentes das alterações tributárias.

**8.3.4** A revisão de que trata o subitem 8.3.1 será formalizada mediante termo aditivo, observados os princípios da economicidade, da eficiência e da boa gestão dos recursos públicos.

**8.3.5** A ausência de repasse dos benefícios decorrentes de redução da carga tributária poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a revisão unilateral do contrato, nos termos da legislação aplicável.

## CAPÍTULO 9

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1** Será responsabilizada administrativamente a licitante que incorrer em qualquer das seguintes infrações, com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#):

**9.1.1** der causa à inexecução parcial do contrato;

**9.1.2** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.1.3** der causa à inexecução total do contrato;

**9.1.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**9.1.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**9.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 9.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 9.1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- 9.1.12** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 9.2** Por cometimento de infração elencada no item 9.1 deste capítulo, aplicar-se-ão à licitante infratora as sanções que seguem:
- 9.2.1 advertência**, nos casos descritos no subitem 9.1.1 deste item, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.2 impedimento de licitar e contratar**, em caso descrito em qualquer dos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5., 9.1.6, ou 9.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.;
- 9.2.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, em caso descrito em qualquer dos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 ou 9.1.12 deste item, ou nos casos do item 9.2.2, quando justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 9.2.4 multa:**
- 9.2.4.1 para execução do serviço com prazo em horas:**
- 9.2.4.1.1** moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por hora de atraso na execução do serviço, calculada sobre o valor total da contratação, limitada a 24 (vinte e quatro) horas de atraso;
- 9.2.4.1.2** caso o atraso seja superior a 24 (vinte e quatro) horas, além da multa prevista no item anterior, será aplicada multa diária de até 1% (um por cento), calculada sobre o valor total da contratação;
- 9.2.4.1.3** se o atraso for superior a 2 (dois) dias, será considerada inexecução da obrigação, aplicando-se a multa compensatória prevista nos itens 9.2.4.2.3 e 9.2.4.2.4, conforme o caso, sem prejuízo da multa de mora.
- 9.2.4.2 para o inadimplemento das demais obrigações:**
- 9.2.4.2.1** moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso;
- 9.2.4.2.2** caso o atraso seja superior a 15 (quinze) dias, será considerada inexecução da obrigação, aplicando-se a multa compensatória prevista nos itens 9.2.4.2.3 e 9.2.4.2.4, conforme o caso, sem prejuízo da multa de mora;
- 9.2.4.2.3** compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução parcial do objeto;
- 9.2.4.2.4** compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto.
- 9.3** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CMPA.
- 9.4** Todas as sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.5** A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato atualizado, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário ou de rescisão, ou de ambos.
- 9.6** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação, ou, em não havendo o recolhimento ou o depósito, automaticamente descontado do pagamento a que a licitante vencedora fizer jus.
- 9.7** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CMPA ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de futuro pagamento ou da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.
- 9.8** Previamente ao encaminhamento à inscrição em dívida ativa, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.9** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.10** A licitante vencedora que, quando convocada, não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidos ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado para o fornecimento objeto da presente licitação, podendo a CMPA convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação.

**10.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de Pregão Eletrônico por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido de forma eletrônica, apontando as falhas e as irregularidades que o viciaram, até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, remetendo e-mail endereçado a [pregao@camarapoa.rs.gov.br](mailto:pregao@camarapoa.rs.gov.br).

**10.1.1** O e-mail referente ao pedido de impugnação deve conter a identificação da pessoa jurídica ou pessoa física, com CNPJ ou CPF, para fins de registro no Portal Licitacon - Sistema Licitações e Contratos do Tribunal de Contas do Estado.

**10.1.1.1** Em caso de o pedido de impugnação ocorrer por meio de procurador, também deverão ser juntadas a respectiva procuração e cópia de seu documento de identificação.

**10.1.2** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas encontrar-se-ão à disposição dos interessados no *site* [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br).

**10.1.3** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no *site* [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.2** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame sempre que a alteração comprometa a formulação das propostas.

## CAPÍTULO 11

### DOS RECURSOS

**11.1** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação deste Edital, cabem, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores:

**11.1.1 recurso**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

**11.1.1.1** julgamento das propostas;

**11.1.1.2** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**11.1.1.3** anulação ou revogação da licitação;

**11.1.2 pedido de reconsideração**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**11.2** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos subitens 11.1.1.1 e 11.1.1.2 do item 11.1 deste capítulo, serão observadas as seguintes disposições:

**11.2.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem 11.1.1 do item 11.1 deste capítulo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores](#), da ata de julgamento;

**11.2.2** a apreciação dar-se-á em fase única.

**11.3** O recurso de que trata subitem 11.1.1 do item 11.1 deste capítulo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.4** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**11.5** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**11.6** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.7** Da aplicação das sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.2. e 9.2.4 do item 9.2 do capítulo 9 deste Edital de Pregão Eletrônico caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**11.8** Da aplicação da sanção prevista no subitem 9.2.3 do item 9.2 do capítulo 9 deste Edital de Pregão Eletrônico caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.9** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## CAPÍTULO 12

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**12.1** A apresentação de impugnação, recurso ou contrarrazões após os prazos estipulados nos capítulos 10 e 11 deste Edital de Pregão Eletrônico ou por via diversa do estabelecido neste Edital receberá tratamento de mera informação.

**12.2** O inteiro teor dos **Proc. SEI nº 002.00008/2023-79** poderá ser disponibilizado aos interessados, mediante solicitação formal, a ser encaminhada ao e-mail [pregao@camarapoa.rs.gov.br](mailto:pregao@camarapoa.rs.gov.br).

**12.3** Nenhuma indenização será devida à licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta licitação.

**12.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e pela legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive na preparação e na apresentação das propostas.

**12.5** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**12.6** As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.7** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico de Porto Alegre – DOPA-e.

**12.8** É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a esse superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vista a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**12.9** A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital de Pregão Eletrônico.

**12.10** A apresentação da proposta será a evidência de que a licitante examinou e aceitou completamente as normas desta licitação e de que obteve da CMPA todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, às instruções e aos regulamentos necessários.

**12.11** Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

**12.11.1** Anexo 1 – Termo de Referência –;

**12.11.2** Anexo 2 – Declarações Gerais –;

**12.11.3** Anexo 3 – Indicadores para Comprovação de Qualificação Econômico-Financeira –;

**12.11.4** Anexo 4 – Minuta de Contrato –;

**12.11.5** Anexo 5 – Declaração de Visita Técnica –;

**12.11.6** Anexo 6 – Declaração de Pleno Conhecimento para Execução dos Serviços –; e

**12.11.7** Anexo 7 - Tabela Itens da Prova de Conceito –; e

**12.11.8** Anexo 8 - Cronograma de Execução Contratual.

Município de Porto Alegre.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

### **SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

#### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

#### **PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

#### **ANEXO 1**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Data:** 05 de junho de 2026.

**Início da Sessão de Disputa:** 10 horas.

**Local:** endereço eletrônico [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br)

#### **I – Objeto**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de *links* individuais de *internet*, providos por meio de fibra óptica, para atender às necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado.

#### **II – Justificativa**

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente estudo visa a atender a necessidade de prover links de internet independentes da rede corporativa, visando a aumentar a segurança, disponibilidade e velocidade de conexão para atividades específicas que demandam maior estabilidade e desempenho.

1.2. Além do que, percebe a manutenção do quantitativo atual de links individuais, num total de até 95 (noventa e cinco), caso os Senhores(as) Vereadores(as) e os responsáveis pelas Unidades Administrativas desta Casa Legislativa assim ratifiquem as suas solicitações.

1.3. Ainda, visando a segurança da informação, equipamentos particulares não devem ser utilizados conectados à rede interna da Câmara Municipal. A Política de Utilização dos Recursos de TI, estabelecida na RM (Resolução de Mesa) 495/2015, art. 7º, em harmonia com a PSI (Política de Segurança da Informação), contida na RM 491/2015, contém tal vedação. Trata-se de medida necessária para proteger minimamente a rede da Câmara e os demais equipamentos a ela conectados.

1.4. Com frequência, entretanto, recebíamos dos gabinetes pedidos de utilização de dispositivos e/ou computadores particulares, tipicamente para conexão à internet, contendo as mais diversas justificativas de realização de trabalhos, quer por conexão cabeada, quer por wi-fi.

1.5. Evidentemente, não cabia à Assessoria de Informática avaliar a pertinência das atividades realizadas com esses equipamentos particulares em relação à atividade finalística da Câmara. Consequentemente, foi estabelecida uma diretriz de TI para a utilização de tais equipamentos no âmbito da Câmara, sendo de responsabilidade de cada usuário a correta utilização do ambiente proporcionado pela Casa e foi realizada licitação através do processo 013.00149/2019-02, docs. 0063028, 0069415 e 0510638, para a contratação de até 46 (quarenta e seis), links de internet individuais.

1.6. Recentemente, foi verificada a necessidade da utilização da rede wi-fi pelo público externo em locais como o restaurante, as salas de reunião das Comissões e outras que também não devem ter acesso à rede da Câmara.

1.7. Outra necessidade apurada, é um link de transmissão da programação da TV Câmara para o YouTube, atualmente é utilizada a rede de internet da CMPA. Como esta rede é compartilhada com todas as áreas da CMPA, com muita frequência ocorre queda de sinal, devido à alta demanda. Não existe uma reserva de banda para a transmissão do sinal e em determinados momentos a banda demandada pelo restante da CMPA aumenta tanto que, devido ao compartilhamento, não há banda suficiente para sustentar o link para o YouTube.

1.8. Portanto, a sugestão desta Assessoria é a realização de uma nova licitação para contratação do serviço de acesso à internet de conexão por banda larga, nos mesmos moldes que o mercado comercializa para pequenos escritórios, tanto para manter o serviço de acesso independente de internet a cada gabinete, quanto para fornecer o acesso de internet às áreas comuns. Para tanto, sugere-se aumentar de até 46 (quarenta e seis) links de internet individuais para até 95 (noventa e cinco) links de internet individuais.

1.9. No atual contrato, solicitou-se à Administração permissão para utilização dos links remanescentes para atender necessidades administrativas, o que já está em curso. Assim, o quantitativo total já foi preenchido. Também, ocorreu a posse de novos parlamentares e, caso algum deles deseje utilizar um link, não será possível solicitar à empresa. Portanto, sugere-se o aumento no quantitativo máximo a fim de possibilitar o pronto atendimento aos parlamentares que optarem pelo serviço.

1.10. Há, ainda, sugestão de utilização de links no Plenário Otávio Rocha, para uso legislativo, administrativo e público externo. Eminentemente, busca-se melhorar as possibilidades da Diretoria Legislativa por prover um acesso de internet alternativo para a plataforma Zoom, sistema utilizado por ela para consecução das sessões legislativas em formato híbrido.

1.11. Também, busca-se delimitar a utilização externa, se houver empréstimo dos locais, para impedir acesso à rede interna por entes e pessoas não autorizadas.

1.12. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual, conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD), constante no SEI nº 332.00001/2024- 51.

1.13. Assim, a contratação está alinhada com os objetivos estratégicos, processo 013.00111/2024-99, docs. 0847846 e 0815701, desta Câmara Municipal, especialmente no que se refere à modernização da infraestrutura tecnológica, garantia da segurança da informação e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

### III – Dotação Orçamentária

CG 33904013 - COMUNICAÇÃO DE DADOS, subação 2003, complemento 0001.

IV – Famílias (códigos para efeitos de publicidade do Edital de Pregão Eletrônico): 035, 117, 400 e 1025.

V – Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias [no mínimo, 60 (sessenta) dias], contados a partir da data da sessão pública do Pregão Eletrônico, conforme subitem 5.6.3 deste Edital de Pregão Eletrônico.

### VI – Registro dos Lances

O PREÇO TOTAL DO LOTE será considerado para a fase de lances.

### VII – Visita Técnica

Será facultada às licitantes a realização de visita técnica prévia à CMPA, para reconhecimento do objeto, composição de suas propostas de preços e cumprimento de suas obrigações.

A visita técnica poderá ser agendada pelo e-mail **informatica@camarapoa.rs.gov.br**, no horário de funcionamento da CMPA, conforme disponibilizado em [https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/localizacao\\_e\\_horarios](https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/localizacao_e_horarios), e será formalizada com o preenchimento da Declaração de Visita Técnica - Anexo 5 deste Edital de Pregão Eletrônico -, a qual deverá ser encaminhada à CMPA, conforme item 4.4 deste Edital.

É vedada a realização de visita em grupos com diferentes empresas, sendo o procedimento da visita realizado com uma empresa por vez.

Caso a empresa não efetue a visita técnica prévia, presume-se pleno conhecimento da estrutura, e, portanto, não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento de fatos, estados, totalidade, quantidades ou detalhes que impossibilitem a execução dos serviços do objeto. Nesse caso, deverá a licitante preencher Declaração de Pleno Conhecimento para Execução de Serviços - Anexo 6 deste Edital de Pregão Eletrônico -, e encaminhá-la, conforme item 4.4 deste Edital.

A não realização de visita técnica ou o não preenchimento de Declaração de Visita Técnica não servirão de escusa ao não cumprimento das obrigações assumidas com base neste Edital de Pregão Eletrônico, inclusive Anexos.

#### VIII – Apresentação de Amostra

A licitante melhor classificada no respectivo lote será convocada pelo Pregoeiro, através do Portal Banrisul, para apresentar, à Assessoria de Informática, amostra do objeto, para conferência das especificações, no prazo de até 5 **(cinco) dias úteis**, contados da convocação.

A entrega da amostra deverá ser agendada pela licitante por meio do *e-mail* **informatica@camarapoa.rs.gov.br**, para avaliação.

A licitante deverá apresentar na amostra os seguintes *hardwares* (equipamentos) que **deverão estar devidamente homologados pela Anatel**, com as características descritas nas especificações deste Termo de Referência, **bem como os respectivos manuais oficiais** que comprovem as especificações de cada um:

- a) 1 (um) access point;
- b) 1 (um) manual constando as características técnicas do *access point*;
- c) 1 (um) modem router;
- d) 1 (um) manual constando as características técnicas do *modem router*.

Caso a licitante utilize diferentes modelos de *modem router* para atender às exigências das Especificações da Tabela para Proposta e subtabela, deverá apresentar 1 (uma) unidade de cada modelo correspondente às referidas características.

**Caso a amostra resulte reprovada, a licitante será desclassificada no LOTE, sendo convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação.**

O resultado da avaliação da amostra, devidamente fundamentado, será disponibilizado no Portal Banrisul a todos interessados.

#### IX – Realização de Prova de Conceito

A licitante melhor classificada no respectivo lote será convocada pelo Pregoeiro, através do Portal Banrisul, para realização da Prova de Conceito (POC), a ser realizada de forma presencial, nas dependências da CMPA. A convocação será disponibilizada no Portal Banrisul, indicando a data e o horário de realização, para ciência de todos participantes do certame.

A POC ocorrerá no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação.

A prova de conceito será conduzida pela equipe técnica da Assessoria de Informática, com o objetivo de verificar a conformidade integral da solução ofertada em relação aos requisitos estabelecidos. A avaliação abrangerá o sistema de monitoramento dos *links* de *internet*, a geração de relatórios mensais e a demonstração da capacidade operacional da licitante quanto à implementação, gestão, execução e manutenção dos equipamentos e serviços contratados.

Poderão participar da Prova de Conceito até 03 (três) representantes credenciados da licitante em avaliação e até 01 (um) representante credenciado de cada licitante interessada, exclusivamente para acompanhamento da sessão, vedada qualquer interferência durante sua realização.

A prova de conceito terá caráter objetivo, baseando-se nos itens constantes no ANEXO 7 - TABELA ITENS DA PROVA DE CONCEITO - deste Edital de Pregão Eletrônico. O julgamento será binário, mediante as classificações "Atende" (A) ou "Não Atende" (NA), sendo vedada a atribuição de notas, pesos, ressalvas ou gradações parciais, em estrita observância às especificações elencadas neste Termo de Referência.

A CONTRATANTE aceitará o descumprimento temporário de até 2 (dois) itens de avaliação técnica no momento da prova de conceito, desde que já tenham sido parcialmente implementados na solução e sejam plenamente atendidos durante a execução contratual, sem qualquer custo adicional para a Administração.

A tolerância quanto ao descumprimento temporário de até 2 (dois) itens de avaliação técnica no momento da prova de conceito não se aplica ao item 2 da Tabela constante no Anexo 7, o qual deverá ser obrigatoriamente cumprido no momento da prova de conceito, sob pena de reprovação imediata.

**O não atendimento de mais de 2 (dois) dos itens de avaliação técnica implicará a reprovação da prova de conceito e, conseqüente, a desclassificação da proposta, sendo convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação.**

Observada a margem de descumprimento aceitável de até 2 (dois) itens de avaliação técnica no momento da prova de conceito, os itens de avaliação técnica eventualmente descumpridos deverão ser integralmente atendidos em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual.

Concluída a Prova de Conceito, a equipe técnica elaborará e entregará ao Pregoeiro o Relatório de Julgamento da Prova de Conceito, devidamente fundamentado, para continuidade do procedimento licitatório, o qual será disponibilizado no Portal Banrisul a todos interessados.

A classificação final da licitante ocorrerá mediante aprovação da amostra enviada e da Prova de Conceito.

#### X – Vigência e Execução

O contrato decorrente deste certame vigorará por 1 (um) ano, a partir da data estipulada na cláusula quinta do instrumento de Contrato, podendo ser prorrogado, a critério da CMPA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de

**LOTE ÚNICO – PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de *links* individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender às necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado.

<b>Serviço</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Preço Unitário máximo aceito pela CMPA para o item (em R\$)</b>	<b>Preço Unitário Mensal do Item (em R\$)</b>	<b>Preço Total do item (em R\$)</b>
<p><b>Item 1:</b> Fornecimento de até 95 links individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado, distintas da rede corporativa, incluindo o fornecimento de todos os serviços e equipamentos.</p> <p>O pagamento será mensal conforme indicado no Termo de Referência.</p> <p><i>*Para compor o preço deste item, a empresa participante deve preencher a subtabela abaixo, com valor unitário dos equipamentos para fornecimento dos links.</i></p>	12 (doze) meses	31.909,53 (trinta e um mil, novecentos e nove reais e cinquenta e três centavos)	0,00	0,00

**PREÇO TOTAL DO LOTE (em R\$)**

**0,00**

O preço total máximo aceito pela CMPA para o Lote Único é de R\$ 382.914,36 (trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e quatorze reais e trinta e seis centavos); e o decréscimo mínimo entre lances é de R\$ 38,30 (trinta e oito reais e trinta centavos).

**SUBTABELA PARA COMPOSIÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO DO ITEM 1 DA PROPOSTA**

<b>Subitem</b>	<b>Quantitativo Mensal</b>	<b>Preço Unitário máximo aceito pela CMPA para o subitem (em R\$)</b>	<b>Preço Unitário do subitem (em R\$)</b>	<b>Preço Total do subitem (em R\$)</b>
<p><b>Item 1: Access point.</b></p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mínimo 200 conexões simultâneas por Wi-Fi;</li> <li>- Mínimo 300 Mbps para download;</li> <li>- Mínimo 150 Mbps para upload.</li> </ul>	10 (dez) unidades	1.650,00 (mil, seiscentos e cinquenta reais), data-base em 01-04-2026.	0,00	0,00
<p><b>Item 2: Modem Router para, no mínimo, 5 conexões simultâneas por Wi-Fi.</b></p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mínimo 5 conexões simultâneas por Wi-Fi;</li> <li>- Mínimo 10 Mbps para download;</li> <li>- Mínimo 10 Mbps para upload;</li> <li>- Mínimo 1 conexão via cabo UTP.</li> </ul>	6 (seis) unidades	325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), data-base em 01-04-2026.	0,00	0,00

**Item 3: Modem Router para, no mínimo, 20 conexões simultâneas por Wi-Fi.**

Especificações:

162,48 (cento e sessenta e dois

- Mínimo 20 conexões simultâneas por Wi-Fi; - Mínimo 300 Mbps para download; - Mínimo 150 Mbps para upload; - Mínimo 4 conexões via cabo UTP.	78 (setenta e oito) unidades	reais e quarenta e oito centavos), data-base em 01-04-2026.	0,00	0,00
<b>Item 4: Modem Router para, no mínimo, 1.000 Mbps de download.</b> Especificações: - Mínimo 1.000 Mbps para download; - Mínimo 500 Mbps para upload; - Mínimo 1 conexão via cabo UTP.	1 (uma) unidade	786,09 (setecentos e oitenta e seis reais e nove centavos), data-base em 01-04-2026.	0,00	0,00
<b>PREÇO TOTAL MENSAL ESTIMADO DO ITEM 1 (em RS)</b> *Este preço deverá ser idêntico ao preço unitário do item 1 da Proposta Final.				<b>0,00*</b>

**Especificações:**

**1. Definição e Especificações Técnicas do Objeto**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de links individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado, distintas da rede corporativa, incluindo o fornecimento de todos os serviços e equipamentos, a fim de aumentar a segurança, disponibilidade e velocidade.

Classifica-se o objeto desta licitação como serviço comum e fornecimento contínuo, enquadrando-se nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, da Lei nº 14.133/2021.

1.1 Requisitos Técnicos (Equipamentos, Infraestrutura e Sistema):

1.1.1. fornecimento e instalação de roteadores compatíveis com as velocidades contratadas de até 95 (noventa e cinco) *links* de internet dedicados por meio de tecnologia de fibra óptica;

1.1.2. cabo de fibra óptica e, se necessário, utilizar o padrão da CMPA de, no mínimo, CAT6;

1.1.3. velocidade mínima, conforme Tabela 1;

1.1.4. garantia de banda de 99% da velocidade contratada;

1.1.5. latência máxima de 10ms;

1.1.6. *jitter* inferior a 10ms;

1.1.7. perda de pacotes inferior a 0,5%;

1.1.8. disponibilidade mínima do serviço de 99% ao mês (conforme item 4.2 deste Termo);

1.1.9. equipamentos com suporte a IPv4;

1.1.10. fornecimento de todos os equipamentos necessários para a prestação do serviço;

1.1.11. suporte técnico 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana);

1.1.12. monitoramento proativo da solução;

1.1.13. disponibilização de pontos de acesso *wi-fi* com suporte aos padrões IEEE 802.11ac ou superior;

1.1.14. disponibilização de sistema (painel) para monitoramento dos *links* de *internet*, com funcionamento 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) e/ou relatórios de desempenho mensal contendo as seguintes informações **para cada link**:

1.1.14.1. número do item instalado;

1.1.14.2. tipo do local instalado (adm., banc., gab.);

1.1.14.3. local de instalação; média de download, upload, uso total da banda e a média de disponibilidade mínima do serviço por mês.

1.1.15. fornecimento de todos os equipamentos, acessórios, insumos necessários para a ativação efetiva do serviço a ser instalado e a manutenção deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;

1.1.16. atendimento e suporte para os serviços por *e-mail*, com visitas técnicas no local, quando necessário, sem custo adicional.

1.1.17. Características dos equipamentos, constantes na subtabela para propostas, para acesso:

Item	Tipo	Mín. Conexões Simultâneas por Wi-Fi	Mín. Download Mbps	Mín. Upload Mbps	Mín. Conexão via Cabo UTP	Quant. Estimada
1	Access Point	200	300	150	0	10
2	Modem Router	5	10	10	1	6
3	Modem Router	20	300	150	4	78
4	Modem Router	---	1000	500	1	1
<b>Total</b>						<b>95</b>

Tabela 1.

### 1.2 Locais Possíveis de Instalação:

Item	Tipo Local	Local Instalação	Mín. Conexões
1	Adm.	Assessoria de Informática	20
2	Adm.	Cerimonial - 003.00084/2023-83	20
3	Adm.	Diretoria Administrativa	20
4	Adm.	Diretoria de Comunicação Social	20
5	Adm.	Diretoria de Patrimônio e Finanças - 085.00071/2023-32	20
6	Adm.	Diretoria Legislativa - 085.00071/2023-32	20
7	Adm.	Diretoria-Geral - 002.00012/2024-18	20
8	Adm.	Escola do Legislativo - 016.00121/2023-41	20
9	Adm.	Espaço de Convivência	200
10	Adm.	Espaço Ecumênico	20
11	Adm.	Fotografia	20
12	Adm.	Link Corporativo de 1Gbps	---
13	Adm.	Link de monitoramento - 10Mbps	5
14	Adm.	Link de monitoramento - 10Mbps	5
15	Adm.	Link de monitoramento - 10Mbps	5
16	Adm.	Link de monitoramento - 10Mbps	5
17	Adm.	Link de monitoramento - 10Mbps	5
18	Adm.	Link de wi-fi - 04 - Sala das Autoridades	200
19	Adm.	Link de wi-fi - 05 - Sslão Adel Carvalho	200
20	Adm.	Link de wi-fi - Plenário Otávio Rocha - Lado Esquerdo	200
21	Adm.	Link de wi-fi - Plenário Otávio Rocha - Lado Direito	200
22	Adm.	Plenário Ana Terra - SAVB	20
23	Adm.	Plenário Otávio Rocha - SAVB e DL	20
24	Adm.	Presidência - Gabinete	20
25	Adm.	Presidência - Salão Nobre	20
26	Adm.	Sala de reunião 301	20
27	Adm.	Sala de reunião 302	20
28	Adm.	Sala de reunião 303	20
29	Adm.	Setor de Sonorização - Zoom no Plenário Otávio Rocha	20
30	Adm.	TV Câmara - Backup Youtube - 001.00005/2022-55	20
31	Adm.	UNITEL - Telefonia	20
32	Adm.	UNITEL (monitoramento da energia solar) - 135.00041/2024-38	5
33	Banc.	Banc. 01	20
34	Banc.	Banc. 02	20
35	Banc.	Banc. 03	20
36	Banc.	Banc. 04	20
37	Banc.	Banc. 05	20
38	Banc.	Banc. 06	20
39	Banc.	Banc. 07	20
40	Banc.	Banc. 08	20
41	Banc.	Banc. 09	20

42	Banc.	Banc. 10	20
43	Banc.	Banc. 11	20
44	Banc.	Banc. 12	20
45	Banc.	Banc. 13	20
46	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 01</i>	20
47	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 02</i>	20
48	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 03</i>	20
49	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 04</i>	20
50	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 05</i>	20
51	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 06</i>	20
52	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 07</i>	20
53	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 08</i>	20
54	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 09</i>	20
55	Ext.	<i>Backup extra Link 20 - 10</i>	20
56	Ext.	<i>Backup extra Link wi-fi 200 - 01</i>	200
57	Ext.	<i>Backup extra Link wi-fi 200 - 02</i>	200
58	Ext.	<i>Backup extra Link wi-fi 200 - 03</i>	200
59	Ext.	<i>Backup extra Link wi-fi 200 - 04</i>	200
60	Ext.	<i>Backup extra Link wi-fi 200 - 05</i>	200
61	Gab.	Gab. 01	20
62	Gab.	Gab. 02	20
63	Gab.	Gab. 03	20
64	Gab.	Gab. 04	20
65	Gab.	Gab. 05	20
66	Gab.	Gab. 06	20
67	Gab.	Gab. 07	20
68	Gab.	Gab. 08	20
69	Gab.	Gab. 09	20
70	Gab.	Gab. 10	20
71	Gab.	Gab. 11	20
72	Gab.	Gab. 12	20
73	Gab.	Gab. 13	20
74	Gab.	Gab. 14	20
75	Gab.	Gab. 15	20
76	Gab.	Gab. 16	20
77	Gab.	Gab. 17	20
78	Gab.	Gab. 18	20
79	Gab.	Gab. 19	20
80	Gab.	Gab. 20	20
81	Gab.	Gab. 21	20
82	Gab.	Gab. 22	20
83	Gab.	Gab. 23	20
84	Gab.	Gab. 24	20
85	Gab.	Gab. 25	20
86	Gab.	Gab. 26	20
87	Gab.	Gab.27	20
88	Gab.	Gab. 28	20
89	Gab.	Gab. 29	20
90	Gab.	Gab. 30	20
91	Gab.	Gab. 31	20
92	Gab.	Gab. 32	20
93	Gab.	Gab. 33	20
94	Gab.	Gab. 34	20
95	Gab.	Gab. 35	20

### **Resumo da contratação**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de links individuais de internet na CMPA, providos por meio de fibra óptica, para atender necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado, distintas da rede organizacional, incluindo o fornecimento de todos os serviços, equipamentos, materiais e insumos, com conexão ethernet (cabeadada) e rede wi-fi, a fim de aumentar a segurança, disponibilidade e velocidade, conforme rol de necessidades elencadas neste Termo, pelo período de 12 (doze) meses, revisando anualmente e podendo ser prorrogado à critério da CMPA.

### **Requisitos da Contratação**

#### Requisitos de Negócio:

- Disponibilização de links de internet dedicados com alta disponibilidade;
- Garantia de velocidade contratada;

- Segregação do tráfego em relação à rede corporativa;
- Os itens objeto da contratação devem contemplar as especificações mínimas exigidas de forma a assegurar a viabilidade técnica, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo;
- Quaisquer custos decorrentes de licenciamentos de *softwares* envolvidos na solução devem correr completamente por conta da CONTRATADA.

#### Requisitos de Experiência Profissional:

- A licitante deverá comprovar que possui aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, para a execução do objeto da licitação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, conforme especificado no Capítulo 4 da parte normativa deste Edital de Pregão Eletrônico;
- As tecnologias e os equipamentos utilizados deverão estar devidamente regulamentadas e homologadas pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), atendendo aos requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência.

#### Requisitos de Sustentabilidade:

Os equipamentos fornecidos deverão atender aos critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente, especialmente quanto à eficiência energética e à destinação ambientalmente adequada de resíduos deverá ser feita pela CONTRATADA, durante a vigência contratual.

Será exigido da empresa contratada o compromisso com a gestão de seus resíduos e a preferência por materiais com certificações ambientais, visando ao cumprimento das diretrizes de Logística Reversa para quaisquer componentes eletrônicos substituídos durante a vigência do contrato.

A Contratada deverá recolher todos os resíduos gerados na instalação e dar a destinação final ambientalmente adequada.

A contratada deverá, preferencialmente, utilizar equipamentos com certificação de eficiência energética e desligamento de ativos em pontos desativados.

A Contratada deverá, preferencialmente, reaproveitar dutos existentes para minimizar intervenções físicas e geração de entulho.

O descarte de equipamentos deverá seguir a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## **2. Modelo de Execução do Objeto**

2.1. As informações quanto à execução do objeto, atendendo aos resultados pretendidos serão:

### **2.1.2. Cronograma, Prazos e Condições:**

a) Prazo de instalação inicial:

I. o cronograma de instalação deverá ser apresentado em até **10 (dez) dias corridos**, conforme calendário do Município de Porto Alegre, a contar da assinatura do contrato; a lista dos *links* que serão inicialmente instalados deverá ser apresentada pela CMPA, sendo que a estimativa de instalação inicial é de 46 (quarenta e seis) *links*, a ser ratificada ou retificada pelos responsáveis dos locais (vereador(a), líder de bancada, chefe de unidade);

II. a instalação nas áreas administrativas e nas áreas comuns deverá ocorrer em até **40 (quarenta) dias corridos**, após a aprovação do cronograma, devendo a CONTRATADA entregar, instalar e configurar todos os equipamentos e serviços, tornando completamente operacional a solução fornecida;

III. durante a execução do contrato: a instalação nos locais ocorrerá por solicitação formal no HelpDesk pelo(a) respectivo responsável do gabinete, bancada ou outra unidade (vereador(a), líder de bancada, chefe de unidade); deverá ser finalizada em até **120h corridas** após o chamado aberto para a CONTRATADA;

b) prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores;

c) horário de prestação do serviço: 24 horas por dia, 7 dias por semana;

d) prazo para resolução dos chamados (solicitações), quando não houver atendimento presencial: máximo de **24 (vinte e quatro) horas corridas**;

e) prazo para resolução dos chamados (solicitações), quando houver atendimento presencial: máximo de **48 (quarenta e oito) horas corridas**;

f) caso não seja possível cumprir a resolução do chamado dentro do tempo do nível de serviço por algum impedimento da CONTRATANTE, como a inaccessibilidade ao local de atendimento, a contagem será suspensa na primeira tentativa de atendimento da CONTRATADA e retornará a contagem após a CONTRATANTE informar que o local está acessível novamente.

### **2.1.3. Etapas de Execução:**

a) Planejamento da Instalação (com prioridade para evitar a indisponibilidade do atual serviço);

b) Instalação da Infraestrutura Física;

c) Instalação e Configuração dos Equipamentos;

d) Testes de Conectividade e Desempenho;

e) Ativação dos Serviços;

f) Início da Operação Regular;

g) Funcionamento 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana);

h) Poderão Ocorrer Solicitações de Realocações de *Links*.

#### 2.1.4. Mecanismos Formais de Comunicação e Avaliação:

- a) ordens de serviço;
- b) *e-mail* organizacional;
- c) relatórios de instalação;
- d) relatórios de desempenho mensal ou painel de visualização para acompanhamento, ou ambos;
- e) sistema de registro e acompanhamento de chamados;
- f) reuniões periódicas de acompanhamento.

#### 2.1.5. Localização (endereço) e horário de funcionamento para a prestação da contratação:

■ Av. Loureiro da Silva, 255 - Porto Alegre – RS, CEP: 90013-901, telefone (51) 3220- 4100;

■ Horário geral: De segunda a quinta-feira: das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h; Sextas-feiras: das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h30min.

■ Horário no período de recesso parlamentar\*: Segundas-feiras: das 12h às 19h; De terça a quinta: das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h; Sextas-feiras: das 8h às 15h.

**\* O recesso parlamentar ocorre de 17 a 31 de julho e de 23 de dezembro a 31 de janeiro.**

Caso haja alguma modificação, verificar as informações no site da CMPA em: [https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/localizacao\\_e\\_horarios](https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/localizacao_e_horarios).

Dúvidas deverão ser dirimidas através do *e-mail* da Assessoria de Informática: [informatica@camarapoa.rs.gov.br](mailto:informatica@camarapoa.rs.gov.br).

O atendimento presencial deve ser iniciado com, no mínimo, 30 (trinta) minutos antes da finalização do horário de funcionamento de qualquer turno da CMPA e, caso haja necessidade de ultrapassar o horário de funcionamento da CMPA, informar com antecedência mínima de 48 horas. Casos urgentes deverão ser acordados com os fiscais, devidamente registrados por escrito.

O horário de atendimento poderá ser alterado, a pedido da CONTRATANTE, caso seja detectado por ela impactos desfavoráveis às atividades da CMPA.

#### 2.1.6. Recebimento Provisório

O recebimento provisório dos serviços ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a instalação dos *links*, sem prejuízo de posterior verificação da qualidade e desempenho contínuos, atestando a conformidade inicial e a operacionalidade básica do objeto contratado, e será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

#### 2.1.7. Recebimento Definitivo

Será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a instalação e ativação completa dos *links* de *internet*, bem como a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ocorrer a comunicação formal da CONTRATADA de que os serviços estão prontos para a verificação final, com o cumprimento das exigências contratuais. O prazo para o recebimento em definitivo será de até **90 (noventa) dias corridos**, contados do recebimento formal de comunicação da CONTRATADA à CONTRATANTE de que os serviços iniciais foram todos cumpridos, devidamente instalados e estão em perfeito funcionamento.

### 3. Modelo de Gestão do Contrato/Gestão das Contratações

#### 3.1. Obrigações da CONTRATADA:

3.1.1. estar devidamente regulamentada para prestar serviço de telecomunicação, bem como fornecer o serviço e os equipamentos conforme o solicitado, prestando toda a assistência necessária para o bom andamento dos serviços de internet, cumprindo com todas as obrigações legais e contratuais;

3.1.2. ao iniciar o contrato, deverá instalar e ativar completamente os links solicitados, garantindo a quantidade e a qualidade especificada no contrato, conforme estipulado em edital e neste termo de referência;

3.1.3. as demais instalações, realocações e manutenções, no decorrer do contrato, deverão obedecer aos níveis de serviço estabelecidos neste Termo Referencial;

3.1.4. deverá realizar a mudança do local dos pontos de acesso quando solicitado pela CONTRATANTE, sem nenhum custo adicional;

3.1.5. sempre que solicitado pela CONTRATANTE, fornecer o devido suporte técnico, respeitando os níveis de serviço deste TR, solucionando problemas de ativação completa dos links, sem nenhum custo adicional;

3.1.6. resolver os problemas técnicos que possam surgir, dentro do prazo estabelecido no contrato, neste termo e no edital;

3.1.7. declarar, mediante termo escrito e assinado, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação de serviço contratada;

3.1.8. respeitar todas as leis vigentes neste país;

3.1.9. obedecer a todas as normas aplicáveis ao fornecimento do objeto;

3.1.10. informar um único supervisor e um único suplente para as tratativas do objeto;

3.1.11. fornecer todo o suporte necessário para o perfeito funcionamento dos serviços durante o período contratual.

3.1.12. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto e serviços pertinentes à manutenção do contrato, sem a prévia e formal autorização da CONTRATANTE.

#### 3.2. Obrigações da CMPA:

- 3.2.1. responsabilizar-se pelo pagamento da despesa originada da presente contratação;
- 3.2.2. realizar as solicitações de renovações para a continuidade dos serviços, quando necessárias;
- 3.2.3. fiscalizar o cumprimento do contrato, bem como o correto fornecimento de links individuais de internet.

3.3. Obrigações dos fiscais técnicos:

3.3.1. fiscalizar o correto fornecimento de links individuais de internet e a sua manutenção de acordo com o nível de serviço.

3.4. Mecanismos de Controle:

- a) relatórios mensais de disponibilidade e desempenho que deverão ser enviadas pela CONTRATADA, com informações diárias informando, no mínimo, o tempo de disponibilidade e indisponibilidade por cada equipamento;
- b) monitoramento proativo da solução, com disponibilização de pelo menos 2 (dois) acessos (logins) ao CONTRATANTE para acesso ao sistema de monitoramento;
- c) verificação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço;
- d) reuniões periódicas de acompanhamento.

3.5. Níveis Mínimos de Serviço (NMS), ver subitem 4.2.1.1 para detalhes:

- a) disponibilidade mínima do serviço: 99% ao mês;
- b) garantia de banda: 99% da velocidade contratada;
- c) tempo máximo para resolução de problemas, sem atendimento presencial: 24 horas;
- d) tempo máximo para resolução de problemas, com atendimento presencial: 48 horas.

**4. Critérios de Medição e Pagamento**

4.1. O pagamento: será mensal, considerando a determinação da área competente e deverá abranger o número de links ativos do mês anterior, mensurando-se eventuais glosas.

4.2. Níveis de Serviço Esperados:

4.2.1. Os níveis de serviço aplicáveis nesta contratação são os listados nas tabelas a seguir e devem ser observados o horário de atendimento da Câmara Municipal disponibilizados no site da Câmara Municipal de Porto Alegre ([https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/localizacao\\_e\\_horarios](https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/localizacao_e_horarios)).

4.2.1.1. Glosas Sobre o Contrato

As glosas deste item deverão ser aplicadas sobre o valor total anual do contrato por cada dia e sua fração excedente, limitado a 10% do valor total anual do contrato para cada item da tabela 3:

Item	Descrição do Serviço	Prazo Máximo	Glosa
1	Apresentação de cronograma detalhado, incluindo resultado da vistoria técnica nos locais de instalação.	10 dias corridos, a contar da assinatura do contrato	0,5%
2	Instalação e ativação completa dos links na implantação inicial.	40 dias corridos, após a aprovação do cronograma.	0,5%

Tabela 3

4.2.1.2. Glosas Sobre Cada Link Afetado

As glosas deste item deverão ser aplicadas sobre o valor mensal para cada link afetado, por cada hora, e sua fração excedida, limitado a 5% do valor total mensal do contrato para cada item da tabela 4:

Item	Descrição do Serviço	Prazo Máximo	Glosa
3	Instalação em gabinetes e em bancadas (sob demanda), bem como quaisquer links adicionais solicitados após a implantação inicial (sob demanda).	120 horas corridas, a contar da abertura do chamado.	0,5%
4	Mudança de local do link.	120 horas corridas, a contar da abertura do chamado.	0,5%
5	Upgrade de velocidade (sem troca de equipamentos).	120 horas corridas, a contar da abertura do chamado.	0,5%
6	Upgrade de velocidade (com troca de equipamentos).	240 horas corridas, a contar da abertura do chamado.	0,5%
7	Alteração de configuração.	48 horas corridas, a contar da abertura do chamado.	0,5%
8	Restabelecimento completo do serviço após falha e/ou desatendimento dos indicadores de velocidade, latência, Jitter.	24 horas corridas, a contar da abertura do chamado.	0,5%

Tabela 4

4.2.1.3. Glosas Sobre a Indisponibilidade Total de Cada Link

A glosa deste item deverá ser aplicada sobre o valor proporcional ao mês de cada link afetado, contabilizando o desconto mensal a cada minuto de indisponibilidade que ultrapassar o tempo máximo aceitável para o serviço, limitado a 100% do valor mensal do link afetado, para cada item da tabela 5:

Item	Descrição do Serviço	Prazo Máximo	Glosa
9	Restabelecimento total da disponibilidade de cada link afetado, não inferior a 99% ao mês.	420 minutos de indisponibilidade total do link, por mês (equivalente a 1% do tempo).	*Desconto proporcional calculado pela fórmula definida na sequência.

Tabela 5

\*Desconto proporcional sobre o valor mensal do link para cada minuto de indisponibilidade que exceder 420 minutos, calculado de forma proporcional. O valor do desconto (VD) será calculado pela fórmula:

$$VD = PM \frac{(m - 420)}{43.200}$$

onde:

VD = valor do desconto;

PM = preço mensal do link;

m = total de minutos de indisponibilidade apurados no mês;

43.200 = total de minutos do mês de referência (30 dias).

Se  $m \leq 420$ , não haverá desconto.

#### 4.2.1.4. Glosas Sobre a Manutenção Preventiva

A glosa deste item deverá ser aplicada sobre o valor total mensal por cada dia e sua fração excedente, a cada ocorrência, caso não seja cumprido o prazo mínimo de antecedência estipulado, limitado a 5% do valor total mensal do contrato para cada item da tabela 6:

Item	Descrição do Serviço	Prazo Máximo	Glosa
10	Notificação prévia para manutenções programadas.	5 dias corridos de antecedência.	1%

Tabela 6

● As frações de hora serão calculadas da seguinte forma:

De 1min até 30min = 1/2h (meia hora); a partir de 31min até 1h (uma hora) = 1h cheia.

● As frações de dia serão calculadas da seguinte forma:

Da meia noite até 12h = ½ dia (metade de um dia); a partir de 12h01min até 23h59min = 1 dia cheio.

Recomenda-se a estipulação de valores fixos e parametrizados para as glosas, a fim de garantir maior segurança jurídica e objetividade à fiscalização, evitando interpretações ambíguas. Enquanto as demais sanções e penalidades administrativas deverão observar os critérios de discricionariedade fundamentada e proporcionalidade.

O descumprimento do nível de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas no edital, contrato e na legislação vigente.

4.3. Para efeito de medição do nível de serviço, as solicitações de atendimento provenientes da Câmara deverão ser enviadas para o endereço de correio eletrônico da CONTRATADA fornecido por ela.

4.4. A CONTRATADA deverá sempre enviar mensagem por correio eletrônico indicando a finalização do atendimento.

4.5. A aplicação de glosas não exclui a eventual penalidade.

4.6. Forma de Aferição dos Serviços:

- medição mensal da disponibilidade do serviço;
- verificação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço;
- aferição da velocidade contratada por meio de ferramentas específicas;
- monitoramento da latência e perda de pacotes.

4.7. Metodologia de Avaliação da Qualidade:

- Relatórios de disponibilidade gerados pela CONTRATADA:

- O relatório mensal dos links contendo, no mínimo, o tempo mensal de disponibilidade e indisponibilidade dos links, bem como gráfico de utilização (upload e download), deve ser fornecido pela CONTRATADA, mensalmente, antes de emitida a nota fiscal para pagamento dos serviços, a fim de apurar a glosa;
- Testes independentes realizados pela CONTRATANTE;
- Registro de chamados e tempo de resolução.

## 5. Finalização do Contrato

5.1. A CONTRATADA deverá garantir a manutenção integral dos serviços contratados até a completa transição para novo contrato, sucessor ou solução definitiva indicada pela CONTRATANTE, evitando qualquer interrupção, indisponibilidade ou degradação injustificada dos *links* de *internet* durante o processo de encerramento contratual.

5.2. A CONTRATANTE somente dará por concluída a execução contratual após a validação, pelos fiscais técnicos designados, de que:

5.2.1. todos os *links* permanecem em plena operação até a data de desligamento ou substituição;

5.2.2. todos os equipamentos disponibilizados para a prestação do serviço foram retirados sem causar prejuízos à infraestrutura da CONTRATANTE;

5.2.3. eventuais pendências de manutenção, suporte ou documentação foram sanadas.

5.3. A CONTRATADA deverá apresentar plano de desmobilização com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do contrato, detalhando:

5.3.1. cronograma de retirada dos equipamentos;

5.3.2. garantias de continuidade dos serviços;

5.3.3. responsáveis técnicos pela execução das atividades de finalização.

5.4. O recebimento definitivo do objeto e a liberação do último pagamento ficam condicionados à comprovação, pela fiscalização da CONTRATANTE, de que:

5.4.1. a continuidade dos serviços foi mantida até a ativação plena do novo contrato;

5.4.2. não houve qualquer prejuízo ou interrupção injustificada nos serviços durante o período de transição.

5.5. Caso a CONTRATADA interrompa ou degrade os serviços antes do prazo legal/contratual de transição, poderá haver:

5.5.1. aplicação de multas ou sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores;

5.5.2. retenção do valor correspondente às penalidades apuradas, podendo o último pagamento ser compensado proporcionalmente, conforme disposições legais.

5.6. A aplicação de penalidades não exime a CONTRATADA do dever de ressarcimento por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE em razão da interrupção ou má finalização dos serviços, inclusive durante a etapa de transição contratual.

#### XI – Fiscalização

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da contratante, por meio de seus servidores, com a seguinte segregação de funções:

- Aurélio da Silva Jardim Junior e Guilherme Pulcinelli da Jornada, como gestores do Contrato;
- Felipe Lobato e Eurico André Grin, como fiscais administrativos; e
- Fábio Moreira da Silva – titular, Analista de Tecnologia de Informação – e Michele Menezes Luiz – suplente, Técnica em Informática.

A Fiscalização exercida pela CMPA não implica corresponsabilidade pela execução do fornecimento dos objetos e não exime a CONTRATADA de suas obrigações para perfeita execução do objeto.

Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CMPA.

#### XII – Informações da Empresa Participante:

a) nome completo: \_\_\_\_\_

b) CNPJ: \_\_\_\_\_

c) endereço completo: \_\_\_\_\_

d) telefone: \_\_\_\_\_

e) e-mail: \_\_\_\_\_

f) Nome do banco: \_\_\_\_\_

g) Número da agência bancária: \_\_\_\_\_

h) Número da conta bancária: \_\_\_\_\_

#### XIII – Informações do Representante da Empresa Participante\*\*:

a) nome completo: \_\_\_\_\_

b) CPF: \_\_\_\_\_

c) cargo na empresa: \_\_\_\_\_

(\*\*) Em caso de não ser esse indicado a pessoa que se responsabilizará pela assinatura do contrato com a CMPA, informar também os dados da pessoa que o fará.

#### XIV – Acesso Externo ao SEI

Em, no máximo, 2 (dois) dias úteis após a adjudicação do objeto, a licitante melhor classificada no certame deverá, para fins de assinatura do contrato com a CMPA, cadastrar-se no sistema SEI (processo eletrônico), por meio do seguinte *link*:

[https://sei.camarapoa.rs.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.camarapoa.rs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)

Após o lançamento das informações, o assinante deverá aguardar a confirmação do cadastro por meio do Setor de

Protocolo, da CMPA.

As eventuais dúvidas em relação à solicitação de acesso externo poderão ser sanadas com o Setor de Protocolo, da CMPA, por meio do telefone 3220-4145.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
E CARIMBO DA EMPRESA



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

ANEXO 2

DECLARAÇÕES GERAIS

A empresa \_\_\_\_\_, inscrição no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal – cargo na empresa –, senhor (a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE na Licitação instaurada pela CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, **Proc. SEI nº 002.00008/2023-79**, na modalidade Pregão Eletrônico, que:

- I – pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências de habilitação e de especificações técnicas previstas no Edital de Pregão Eletrônico, inclusive Anexos;
- II – no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME ou EPP;
- III – suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- IV – não foi declarada inidônea ou impedida de licitar e contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- V – não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, bem como comunicará à Câmara Municipal de Porto Alegre qualquer fato ou evento superveniente que altere a atual situação, ressalvado o menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, se for o caso;
- VI – nos últimos 4 (quatro) anos, não efetuou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, estando ciente de que, após a assinatura deste documento e durante a vigência do contrato, não poderá, igualmente, fazê-lo; e
- VII – cumpre as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO  
E CARIMBO DA EMPRESA



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

**ANEXO 3**

**INDICADORES PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA	
LC = AC/PC	Igual ou superior a 1
LG = (AC + RLP)/(PC + ELP)	Igual ou superior a 1
SG = A REAL/(PC+ELP)	Igual ou superior a 1,5
COMPRAS E SERVIÇOS	
LC = AC/PC	Igual ou superior a 0,8
LG = (AC + RLP)/(PC + ELP)	Igual ou superior a 0,8
SG = A REAL/(PC+ELP)	Igual ou superior a 1,2

**LC** avalia a capacidade de a empresa saldar suas obrigações a curto prazo.

**LG** mede a capacidade de a empresa liquidar suas dívidas a logo prazo.

**SG** mede a capacidade financeira de a empresa, a longo prazo, satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

**AC** é o ativo circulante.

**PC** é o passivo circulante.

**RLP** é o realizável a longo prazo.

**ELP** é o exigível a longo prazo.

**A REAL** é o ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro – como exemplos, o ativo diferido e as despesas pagas antecipadamente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

MINUTA DE CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 89.522.437/0001-07, com sede nesta Capital, na Av. Loureiro da Silva, nº 255, representada por seu Presidente, Vereador MOISÉS DA SILVA BARBOZA, matrícula funcional nº 136097309, neste instrumento designada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº: XXXXXXXXXXXX, com sede em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representada por seu/sua -cargo na empresa-, senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 002.00008/2023-79 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de *links* individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender às necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado, na forma, prazos, especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026 e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS BASES DO CONTRATO**

2.1. Vinculam esta contratação e integram o presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

2.1.1. O Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2026 e seus anexos (); e

2.1.2. A Proposta da CONTRATADA ().

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Sem prejuízo das demais obrigações legais e disposições deste contrato, obriga-se a CONTRATADA a:

3.1. Prestar os serviços contínuos de fornecimento de *links* individuais de internet, providos por meio de fibra óptica, para atender às necessidades específicas, sem serviço de telefonia acoplado, na forma, prazos, especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026 e seus anexos.

3.2. Prestar os serviços com mão-de-obra especializada e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

3.3. Realizar a alteração do local de pontos de acesso quando solicitado pela CONTRATANTE, sem custos adicionais.

3.4. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

3.5. Fornecer relação com os nomes de seus empregados/prepostos que executarão os serviços objeto da contratação, para fins de credenciamento, quando presenciais.

3.6. Prestar os serviços objeto do presente contrato de acordo com as normas técnicas e regulamentos aplicáveis, e a cumprir com todas as obrigações legais trabalhistas, previdenciárias, de segurança do trabalho, fiscais, comerciais, de posturas e ambientais porventura incidentes à tal prestação.

3.7. Cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações das autoridades incidentes sobre a prestação de serviços objeto da contratação, responsabilizando-se única e exclusivamente por quaisquer prejuízos e perdas e danos decorrentes de infrações a que der causa.

3.8. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas neste Contrato sem prévia e formal autorização da CONTRATANTE.

3.9. Indicar preposto para responder pelo cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato perante a CONTRATANTE.

3.9.1. A CONTRATADA deverá, no ato de assinatura do contrato, protocolar, junto a CONTRATANTE, 1 (um) e-mail para fins de requisição de documentos e informações.

3.10. Apresentar durante a execução do Contrato, sempre que solicitado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do recebimento da solicitação, documentos comprobatórios do cumprimento da legislação em vigor em relação às obrigações decorrentes da presente contratação, em especial ônus e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

3.11. Responsabilizar-se:

3.11.1. Por infração ou descumprimento das cláusulas deste Contrato.

3.11.2. Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, com isenção da CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades em relação aos mesmos.

3.11.3. Pelas perdas e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato, com isenção da CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades em relação aos mesmos.

3.11.4. Por todo e qualquer risco e infortúnio de trabalho decorrente da execução do objeto deste contrato, com isenção da CONTRATANTE de qualquer responsabilidade relativa aos mesmos.

3.11.5. Por eventuais danos causados a bens da CONTRATANTE decorrentes da execução da prestação de serviços objeto do presente contrato, obrigando-se a efetuar o ressarcimento no prazo máximo de 15 dias, contados de sua intimação.

3.11.6. Caso não efetue o ressarcimento no prazo estipulado acima, a CONTRATANTE efetuará o desconto do valor devido em fatura da CONTRATADA, com o que anui esta.

3.12. Dar ciência, à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Obriga-se a CONTRATANTE a:

4.1. Efetuar o pagamento decorrente do presente Contrato nos prazos e condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste Contrato.

4.2. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução dos serviços objeto do presente Contrato.

4.3. Providenciar, por meio da fiscalização da CMPA, a solicitação de serviços.

4.4. Permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA na Câmara Municipal, mediante identificação funcional e credenciamento, para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1. O presente contrato vigorará a contar de 06 de julho de 2026 e terá prazo de duração de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da prestação do serviço e entrega da respectiva Nota Fiscal/Fatura, desde que atestado pela fiscalização, conforme disposições da Lei nº 14.133/21 e alterações.

6.1.1. A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da prestação do objeto pelo e-mail [contratos@camarapoa.rs.gov.br](mailto:contratos@camarapoa.rs.gov.br).

6.1.2. O valor da fatura deverá considerar o acordo de nível de serviço previsto nos itens 3 e 4 do Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Eletrônico xx/2026.

6.1.2.1. Em caso de não observância dos níveis de serviços mencionados no subitem acima, a CONTRATANTE efetuará as glosas necessárias para o fiel cumprimento do acordo.

6.1.3. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATADA, passando a contar novo prazo de pagamento de 10 (dez) dias úteis da entrega do novo documento de pagamento.

6.2. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATADA que importem no prolongamento dos prazos previstos neste termo e seus anexos e oferecidos nas propostas.

6.3. A CONTRATANTE procederá à retenção de tributos porventura incidentes sobre a prestação de serviços objeto da contratação (INSS, ISS e IRF, etc.) nos termos da legislação em vigor, obrigando-se a CONTRATADA a discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente a tais tributos.

6.4. A CONTRATADA obriga-se a apresentar, juntamente com a NOTA FISCAL/FATURA os comprovantes de regularidade perante a Justiça do Trabalho, FGTS e às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal.

6.5. Não serão aceitas notas fiscais, conta para depósito ou boletos com CNPJ distintos daquele previsto neste termo, mesmo que de empresa do mesmo grupo empresarial, ressalvados os casos de fusão, sucessão ou outros que impliquem a modificação da personalidade, nos quais a CONTRATADA deverá requerer a alteração Contratual.

6.6. Em caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, as partes convencionam que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100)$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

7.1. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da CONTRATANTE, por meio de seus servidores, com a seguinte segregação de funções:

7.1.1. Aurélio da Silva Jardim Junior e Guilherme Pulcinelli da Jornada, como gestores do contrato;

7.1.2. Felipe Lobato e Eurico André Grin, como fiscais administrativos;

7.1.3. Fábio Moreira da Silva – titular – e Michele Menezes Luiz – suplente –, como fiscais executivos.

7.2. A Fiscalização exercida pela CONTRATANTE não implica corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime a CONTRATADA de suas obrigações para perfeita execução do objeto do Contrato.

7.3. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. advertência, nos casos descritos no subitem 8.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. impedimento de licitar e contratar, em caso descrito em qualquer dos subitens 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5., 8.1.6, ou 8.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

8.2.3. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, em caso descrito em qualquer dos subitens 8.1.8, 8.1.9, 8.1.10, 8.1.11 ou 8.1.12 deste item, ou nos casos do item 8.2.2, quando justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

8.2.4. multa:

8.2.4.1. para execução do serviço com prazo em horas:

8.2.4.1.1. moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por hora de atraso na execução do serviço, calculada sobre o valor total da contratação, limitada a 24 (vinte e quatro) horas de atraso;

8.2.4.1.2. caso o atraso seja superior a 24 (vinte e quatro) horas, além da multa prevista no item anterior, será aplicada multa diária de até 1% (um por cento), calculada sobre o valor total da contratação;

8.2.4.1.3. se o atraso for superior a 2 (dois) dias, será considerada inexecução da obrigação, aplicando-se a multa compensatória prevista nos itens 8.2.4.2.3 e 8.2.4.2.4, conforme o caso, sem prejuízo da multa de mora.

8.2.4.2. para o inadimplemento das demais obrigações:

8.2.4.2.1. moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso;

8.2.4.2.2. caso o atraso seja superior a 15 (quinze) dias, será considerada inexecução da obrigação, aplicando-se a multa compensatória prevista nos itens 8.2.4.2.3 e 8.2.4.2.4, conforme o caso, sem prejuízo da multa de mora;

8.2.4.2.3. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução parcial do objeto;

8.2.4.2.4. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral

do dano causado à CMPA.

8.4. Todas as sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato atualizado, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário ou de rescisão, ou de ambos.

8.6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação, ou, em não havendo o recolhimento ou o depósito, automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada de futuro pagamento ou será cobrada judicialmente.

8.8. Previamente ao encaminhamento à inscrição em dívida ativa, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

O descumprimento por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais ou contratuais assegura à CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato, nos casos e formas dos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO**

10.1. O valor total deste contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), já inclusas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, materiais de consumo, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

10.2. Os preços contratados poderão ser reduzidos por acordo, mediante Termo de Aditamento, a fim de manter a vantajosidade contratual.

10.3. A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta da dotação orçamentária da CONTRATANTE sob o código 33904013 - COMUNICAÇÃO DE DADOS, subação 2003, complemento 0001.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado - 01/04/2026.

11.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por outro indicador que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. A CONTRATADA poderá renunciar ao reajustamento, desde que o faça expressamente.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O referido reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência dessa data.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2.3. A comunicação de extinção havida após a data de aniversário do contrato somente terá efeito no aniversário subsequente.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, se possível, será precedido de:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

13.1. Caso a CONTRATADA pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica a CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

13.1.1. O não cumprimento do prazo constante no item 14.1. não implica em deferimento do pedido por parte do contratante.

13.2. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

13.2.1. A CONTRATADA deverá encaminhar os documentos comprobatórios que fundamentam o requerimento, tais como notas fiscais, faturas e consulta de preços obtidos com fornecedores.

13.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Para dirimir eventuais litígios na execução deste Contrato, fica eleito e convencionado o foro da comarca de Porto Alegre, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam eletronicamente o presente instrumento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

**ANEXO 5**

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

DECLARO, sob as penas da Lei, para fins do **Pregão Eletrônico nº 19/2026**, na qualidade de representante indicado pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, qualificação profissional \_\_\_\_\_, estive em visita técnica na Câmara Municipal de Porto Alegre e tenho pleno conhecimento da estrutura, a fim de compor nossa propostas de preços e cumprir nossas

obrigações.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**Acompanhei a visita.**

\_\_\_\_-\_\_\_\_-2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável indicado pela fiscalização da CMPA  
(com a devida identificação)

**Obs.: Este documento pode ser preenchido de forma manuscrita.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

**ANEXO 6**

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

DECLARO, sob as penas da Lei, para fins do **Pregão Eletrônico nº 19/2026**, na qualidade de representante indicado pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, qualificação profissional, tenho pleno conhecimento da estrutura, para compor nossas propostas de preços e cumprir nossas obrigações.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação nos termos do Edital.)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**  
**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

**ANEXO 7**

**TABELA ITENS DA PROVA DE CONCEITO**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Situação: Atende (A) ou Não Atende (NA)</b>
1	Demonstração da interface do software de monitoramento dos links de internet, com, no mínimo, os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"><li>• dia/mês/ano, hora:min da queda;</li><li>• dia/mês/ano, hora:min da restauração;</li><li>• identificação do ponto afetado;</li><li>• duração da indisponibilidade.</li></ul>	( )
2	Apresentação de modelo de relatório mensal contendo, no mínimo, os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"><li>• dia/mês/ano, hora:min da queda;</li><li>• dia/mês/ano, hora:min da restauração;</li><li>• identificação do ponto afetado;</li><li>• duração da indisponibilidade.</li></ul>	( )
3	Teste prático de envio de alertas automatizados pelo sistema em caso de queda de conectividade.	( )



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**  
**PROC. SEI Nº 002.00008/2023-79**

**ANEXO 8**

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

## Cronograma do Processo



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Bandeira Requiell, Chefe**, em 20/05/2026, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Villela Cezimbra, Diretor(a)-Geral**, em 20/05/2026, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **1087191** e o código CRC **9D75FDF9**.